

ticas) e formas faladas de outro tipo (fonológicas); e assim por diante. O ponto que se defende aqui é o de que várias convenções de notação são, senão absolutamente essenciais, pelo menos muito úteis para a referência de dados da língua e para o esclarecimento sobre o que se está discutindo. Têm ainda uma outra vantagem, a de forçar o lingüista a pensar cuidadosamente sobre certas diferenciações que de outra forma passariam despercebidas. Muitas vezes é difícil ser absolutamente coerente na aplicação de determinadas convenções; e esta dificuldade leva a uma nova avaliação da distinção teórica para a qual fora estabelecida primeiramente a convenção de notação. Eis uma das vias pelas quais se atingem os progressos em qualquer disciplina.

2.4 A lingüística é descritiva, não prescritiva

O termo 'descritiva' está sendo empregado aqui em uma acepção diferente do que aquela que se opõe seja a 'geral', por um lado, seja a 'histórica', por outro. O contraste relevante neste caso é o que existe entre *descrever* como as coisas são e *prescrever* o que devem ser. Uma alternativa para 'prescritiva', na acepção que contrasta com 'descritiva', é 'normativa'. Dizer que a lingüística é uma ciência descritiva (ou seja, não-normativa) é dizer que ela tenta descobrir e registrar as regras segundo as quais se comportam os membros de uma comunidade lingüística, sem tentar impor-lhes outras regras ou normas, de correção exógenas.

Talvez seja confuso utilizar o termo 'regra', como acabo de fazer, nestes dois sentidos tão diferentes. Com ou sem razão, os lingüistas falam nestes termos. Portanto, é possível que valha a pena ilustrar a diferença entre os dois tipos de regra — chamemos a uma de imanente e a outra de transcendente, respectivamente — com um exemplo outro que o uso da língua. Vejamos o comportamento sexual em uma determinada sociedade. Se adotarmos o ponto de vista puramente descritivo (isto é, não-normativo) na investigação do comportamento sexual, tentaremos descobrir como as pessoas realmente se comportam: se praticam o sexo antes do casamento, e neste caso, que tipo e desde que idade; se os esposos e esposas são igualmente fiéis ou infiéis uns aos outros; e assim por diante. Na medida em que o comportamento de certos grupos dentro da comunidade é, na prática, governado por princípios determináveis — seja que os membros de tais grupos professem, ou mesmo estejam conscientes de tais princípios, ou não — podemos dizer que seu comportamento é regido por regras: as regras são imanentes a seus comportamentos reais. Mas estas (se têm o direito de serem chamadas de regras) diferem muito quanto ao *status*, senão quanto ao conteúdo das regras de conduta que a lei, a religião ou simplesmente a moral convencional explícita pode haver prescrito. As pessoas podem obe-

decer ou não ao que chamo de regras *transcendentes* (isto é, exteriores e não-imanentes) do comportamento sexual. Além do mais, pode haver diferenças entre o seu comportamento real, e o comportamento que dizem, ou mesmo pensam, ter. Todas estas diferenças têm um correspondente no comportamento lingüístico. Contudo, a distinção mais importante é a que existe entre regras transcendentes (isto é, prescritivas) e regras imanentes (isto é, descritivas). Um *dizer* e um *não-dizer*, se prescritivo, é uma ordem (*Diga/Não diga X!*); se descritivo, é uma afirmação (*As pessoas dizem/não dizem X.*)

A razão pela qual os lingüistas de hoje são tão insistentes com a distinção entre regras descritivas e prescritivas, é simplesmente que a gramática tradicional tinha um caráter acentuadamente normativo. O gramático acreditava que sua missão era formular os padrões de correção e impor, se necessário, aos falantes da língua, tais normas de comportamento. Muitos dos preceitos normativos da gramática tradicional serão conhecidos do leitor falante de inglês: "Nunca se deve usar uma negativa dupla" (*I didn't do nothing* [eu — auxiliar de negação no passado — fazer — nada]); "Não se termina uma sentença por preposição" (*That's the man I was speaking to* [literalmente, "aquele é o homem (que) eu estava falando com"]); "O verbo 'to be' exige o mesmo caso antes e depois dele" (de formas que, pela aplicação desta regra, *It's me* [pronome reto neutro de 3ª pessoa — é — pronome oblíquo de 1ª pessoa] deveria ser corrigido para *It's I* [pronome reto neutro de 3ª pessoa — é — eu]); "*Ain't* [forma coloquial de registro baixo equivalente a 'isn't': 'não é/está'] é errado"; "Não se deve dividir o infinito" (como em *I want you to clearly understand* [eu quero (que) você — partícula de infinitivo — claramente — entender], em que *clearly* está inserido entre *to* e *understand*).[☆]

Considerando tais exemplos, rapidamente notamos que são bastante heterogêneos. Há certos dialetos do inglês em que as chamadas negativas-duplas nunca se empregam (ou seja, em que *I didn't do nothing* nunca é usado como equivalente do inglês-padrão *I didn't do anything* [Eu não fiz nada; literalmente: eu — auxiliar de negação no passado — fazer — algo]); há outros em que, de um ponto de vista meramente descritivo, esta é a construção correta. Quando se apresentam razões para a condenação de uma negativa dupla como incorreta, em termos de algum princípio prescritivo em referência ao qual o uso comum é julgado e considerado devedor, recorremos à lógica em última instância. A lógica diz, supomos, que duas negativas valem uma positiva. O que merece diversos comentários. Primeiro, denuncia uma compreensão errônea do que seja a lógica e de

[☆] As regras da gramática tradicional no português, embora não exatamente as mesmas que em inglês, prescrevem por exemplo: (a) que pronome oblíquo tônico não ocupa posição de sujeito ('isto é para eu fazer', e não 'isto é para mim fazer'); (b) que

como ela opere; mas não precisamos entrar na questão da natureza dos axiomas lógicos e na complexidade de como a chamada lógica natural do comportamento lingüístico comum se relaciona com os sistemas lógicos, construídos e investigados pelos cientistas. O problema é que não há nada de inerentemente ilógico nas chamadas construções com negativas duplas. Nos dialetos em que são regularmente empregadas, operam de forma bastante sistemática, conforme as regras e princípios gramaticais de interpretação, imanentes no comportamento da comunidade dialetal em questão. Um segundo ponto a ser lembrado é o de que a chamada negativa dupla não pode ser adequadamente descrita, da forma como opera em determinados dialetos do inglês, sem se levar em consideração determinados traços de ênfase e entonação. As regras do inglês-padrão (ou seja, regras imanentes no comportamento lingüístico dos falantes de um determinado dialeto do inglês) permitem a existência de *I didn't do nothing* (significando, mais ou menos, "*It is not true that I did nothing*" [Não é verdade que eu não fiz nada]) contanto que *didn't* seja enfatizado ou, alternativamente, e com outras implicações ou pressuposições, que *do* ou *nothing* sejam pronunciados com uma ênfase especialmente forte. Nos dialetos em que *I didn't do nothing* (com a ênfase normal da fala) pode significar *I didn't do anything*, há também os significados que o inglês-padrão apresenta, mas a ênfase e entonação evitam que se misturem. Finalmente podemos notar que há muitas línguas em que a chamada negativa dupla ocorre no dialeto literário-padrão: por exemplo o francês, o italiano, o espanhol, o russo — só para mencionar algumas das línguas européias mais modernas e conhecidas. Mesmo o dialeto mais prestigiado do grego antigo — o grego clássico usado por Platão, Sófocles, Tucídides ou pelo próprio pai da lógica, Aristóteles — apresentava uma construção com negativa dupla. E, afinal, a gramática tradicional originou da descrição dos dialetos literários da Grécia Antiga!

Outros preceitos normativos da gramática tradicional — como por exemplo a condenação da cisão do infinitivo (... *to clearly understand*) ou a de *It's me* — provém da aplicação ao inglês de princípios e categorias estabelecidas originalmente para a descrição do grego e do latim. O fato é que as formas a que se aplica o termo 'infinitivo' são formas compostas de um único vocábulo em grego e latim, bem como em francês, alemão, russo, etc. Tradicionalmente as formas compostas de dois vocábulos, como *to understand*, *to go*, etc., também são chamadas de infinitivos, se bem que

a preposição e o fato do pronome ser objeto pedem caso oblíquo e não reto em contextos como 'Este assunto fica entre mim e você' (e não 'entre eu e você'), 'Ontem não o vi na escola' (e não 'não vi ele na escola'); e (c) que não se inicia um período por pronome átono ('Disseram-me que vinhas', e não 'Me disseram que vinhas') entre outras. (N. do T.)

suas funções sejam apenas parcialmente comparáveis às funções, digamos, dos infinitivos latinos. Como veremos adiante, o fato de uma forma poder ser dividida (no sentido que falamos em dividir o infinitivo) é um dos principais critérios que o lingüista aplica para decidir se uma forma é composta de um ou dois vocábulos. Visto que, por outros critérios e por convenções ortográficas da língua escrita, os infinitivos ingleses são compostos de duas palavras, não se pode objetar à sua cisão, em princípio. Quanto a condenar um *It's me*, etc., o fato é que o que se denomina na gramática tradicional de diferenças de casos (*I* vs. *me*, *she* vs. *her*, *he* vs. *him* [respectivamente, caso reto vs. oblíquo] etc.) não é encontrado em todas as línguas; nem tampouco algo que se possa identificar em termos de suas funções e características gramaticais como verbo significando "*to be*". Além disso, nas línguas em que há tanto um caso, quanto um verbo, identificável como sendo equivalente do latim 'esse', ou inglês '*to be*', a diversidade das construções é tamanha que a regra tradicional "O verbo '*to be*' exige o mesmo caso antes e depois dele" imediatamente se denuncia como é — uma regra normativa de base latina que não se sustenta em âmbitos mais gerais.

O que é interessante é que muitos falantes do que os gramáticos tradicionais classificariam de um bom inglês dizem e escrevem formas como *between you and I* [entre você e eu], *He told you and I* [Ele disse a você e eu] etc. Tais construções violam outra regra prescritiva tradicional do inglês: "Verbos e preposições levam o seu objeto para o acusativo". Resultam, presume-se, do que muitas vezes é chamado de **hipercorreção**: a extensão de alguma regra ou princípio, com base em uma má compreensão de seu domínio de aplicação, a uma gama de fenômenos aos quais originalmente não se aplicam. A natureza da regra prescritiva foi mal compreendida — tanto mais que muitos falantes que diriam naturalmente *You and me will go* [literalmente, "você e mim iremos"], jamais diriam *Me will go* ou *He told I* [literalmente, "Mim irei" e "Ele disse a eu", respectivamente]. Interpretamos, pois, como instrução (sob pena de sermos considerados falantes de um inglês ruim) a substituição por *you and I* [você e eu] de *you and me* [você e mim] (ou *me and you* [mim e você]) em todas as posições de ocorrência. Isto resulta na produção de não só o que o gramático tradicional classificaria de correto, *You and I will go together* [Você e eu iremos juntos], etc., mas também o que ele condenaria, *between you and I* [entre você e eu], *He told you and I* [Ele disse a você e eu], etc. Evidentemente não queremos dizer que todos os falantes de inglês que dizem *between you and I*, *He told you and I*, etc., efetuaram a operação de aplicação correta e depois incorreta da regra tradicional. Tais construções são hoje tão comuns na fala de indivíduos de classe média e alta, falantes do inglês-padrão na Inglaterra, que devem ter sido aprendidas naturalmente no processo de aquisição de linguagem, possivelmente pela maioria dos que

as utilizam. Restam poucas dúvidas, quanto ao fato de que se originem num processo de hipercorreção.[☆]

Nem a lógica nem a gramática do latim podem servir de árbitros adequados quando vem a questão de decidir se determinado enunciado é correto ou incorreto em inglês. Nem tampouco a autoridade inquestionada da tradição pela tradição ("Foi isso que aprendi, que meus pais e meus avós aprenderam") ou o costume dos considerados melhores autores literários da língua. É uma visão bastante comum de nossa sociedade, ou pelo menos foi até recentemente, dizer que a mudança lingüística necessariamente acarreta um abalo ou corrupção da língua. Tal posição é indefensável. Todas as línguas estão sujeitas a mudanças. É um fato empírico; e é tarefa dos lingüistas históricos investigar os detalhes da mudança lingüística, caso sejam acessíveis, construindo uma teoria explanatória para o fenômeno, a fim de contribuir para a nossa compreensão da natureza da lingua(gem). Os fatores determinantes da mudança lingüística são complexos e, até agora, apenas parcialmente compreendidos. Mas hoje sabemos o suficiente — conhecimento que temos desde meados do século XIX — para que qualquer observador sem preconceitos veja claramente na mudança lingüística que o que é condenado em qualquer época como degeneração e corrupção dos padrões tradicionais do uso, pode sempre ser alinhado com uma modificação anterior da mesma espécie, que fez surgir o uso que os próprios tradicionalistas tratam de inalteravelmente correto.

Quanto ao princípio de conformidade aos padrões estabelecidos pelos melhores literatos da língua, também este é insustentável — insustentável, quer dizer, em relação ao uso que normalmente se faz dos mesmos. Não há razão para crer que um escritor, por mais genial que seja, tenha sido investido, por graça especial, de um conhecimento certo e seguro das regras transcendentais de correção, dom negado a nós outros. O fato é que a gramática tradicional tinha uma inclinação literária muito acentuada. A razão é que em vários períodos importantes da cultura européia — desde o período da erudição alexandrina, no século segundo antes da era cristã, até o humanismo renascentista — a descrição gramatical, primeiro do grego, depois do latim, estava subordinada à tarefa prática de tornar a literatura de uma época mais antiga acessível àqueles que não falavam, e devido à natureza das coisas nem podiam falar, naturalmente o dialeto do grego ou do latim em que se baseava a língua dos textos clássicos. A inclinação literária da gramática tradicional é não só explicável do ponto de vista histórico, como também perfeitamente justificável, no tocante à descrição

[☆] Veja-se o caso da sentença, acima citada 'Este assunto fica entre eu e você'. (Nota do Tradutor)

do grego e do latim. Torna-se totalmente injustificável quando trata da descrição gramatical das línguas faladas modernamente.

Não há na língua padrões de correção absolutos. Podemos dizer que um estrangeiro cometeu um erro, se ele disser algo que vá contra as regras imanescentes ao uso dos falantes nativos. Podemos também afirmar, se quisermos, que um falante de um dialeto inglês social ou regional não-padrão falou agramaticalmente, se seu enunciado transgride as regras imanescentes do inglês-padrão. Mas ao dizermos isso, estamos evidentemente partindo do princípio de que ele pretendia, ou pelo menos deveria pretender, usar o inglês-padrão. E esta é uma posição que requer uma justificativa.

Devemos agora frisar — e este ponto é muitas vezes mal entendido — que ao traçarmos uma distinção entre descrição e prescrição, não estamos dizendo que não haja lugar para o estabelecimento e prescrição de normas de uso. Obviamente há vantagens administrativas e educacionais, no mundo moderno, para a padronização do dialeto principal empregado em um determinado país ou região. Este processo de padronização estendeu-se por um longo período de tempo em muitos países do Ocidente, com ou sem a intervenção do governo. Agora vem sendo efetuado aceleradamente, como parte de uma política oficial, em alguns dos países em desenvolvimento da África e da Ásia. O problema de selecionar, padronizar e promover uma determinada língua ou dialeto em detrimento de outros está envolto em dificuldades políticas e sociais. É parte do que tornou-se conhecido por planejamento lingüístico — uma área importante no campo da sociolingüística aplicada.

Nem tampouco se deve pensar que negando que toda mudança na língua seja para pior, o lingüista esteja afirmando que deve ser para melhor. Ele está simplesmente questionando o apelo impensado a critérios empiricamente descreditados. Concorde que, em princípio, pode ser possível avaliar dialetos e línguas em termos de sua flexibilidade, amplitude de expressão, precisão e estética potencial relativas; e com certeza ele aceita que o uso que falantes e escritores individuais fazem de seu dialeto ou língua pode ser mais ou menos eficaz. Entretanto, ele só pode relatar, com base nos trabalhos mais científicos feitos sobre língua e linguagem recentemente, que a maior parte dos julgamentos feitos a este respeito são extremamente subjetivos. Como membro individual de uma comunidade lingüística, o lingüista terá seus próprios preconceitos, sejam pessoais, sejam resultantes de uma formação social, cultural e geográfica; e, por temperamento, ele pode ser conservador ou progressista. Suas atitudes a respeito de sua própria língua não serão menos subjetivas, neste particular, do que as dos leigos. Ele poderá achar um determinado sotaque ou dialeto agradável ou desagradável. Ele poderá mesmo corrigir a fala de seus filhos se os vir usando uma pronúncia, palavra ou construção gramatical desaprovada pelos puristas. Mas ao fazê-lo, se for honesto consigo mesmo, saberá

que o que está corrigindo não é inerentemente incorreto, mas apenas relativamente a um padrão que, por motivos de prestígio social ou de vantagens educacionais, ele quer que os filhos adotem.

No tocante a sua atitude em face da língua literária, o lingüista está simplesmente salientando que a língua é usada para diversos fins e que seu uso em relação a tais fins não deve ser julgado por critérios aplicáveis única ou primeiramente à língua literária. Isto não quer dizer absolutamente que ele seja hostil à literatura, ou contrário ao estudo desta nas escolas e universidades inglesas. De forma alguma; muitos lingüistas, até, têm um interesse especial na investigação dos fins literários aos quais a língua serve e no sucesso que alcança satisfazendo a tais objetivos. Esta é uma parte — e, aliás, muito importante — de um ramo da macrolingüística conhecido por estilística.

2.5 Prioridade da descrição sincrônica

O princípio de prioridade da descrição sincrônica, característico da maior parte da teoria lingüística de nosso século, implica que as considerações históricas são irrelevantes para a investigação de determinados estados temporais de uma língua. Os termos saussureanos 'sincrônico' e 'diacrônico' foram introduzidos anteriormente neste capítulo (v. 2.1). Podemos usar uma das analogias de Saussure para explicar o significado da prioridade do sincrônico sobre o diacrônico.

Comparemos o desenvolvimento histórico de uma determinada língua com um jogo de xadrez que se desenrola perante nós. O estado do tabuleiro está em constante modificação, na medida em que cada jogador movimenta suas peças. Mas o estado do jogo pode ser descrito a qualquer momento em termos das posições que as peças ocupam. (Na realidade não é bem assim. Por exemplo, o estado do jogo é afetado, no tocante às possibilidades de um roque, pelo fato de se retirar o rei de sua posição original e depois devolvê-lo. Mas podemos deixar de lado tais detalhes menores em que a analogia de Saussure não funciona.) Não importa por que caminho os jogadores atingiram um certo estado no jogo. Independente do número, natureza e ordem das jogadas anteriores, o estado atual do jogo é sincronicamente descritível sem qualquer referência a elas. O mesmo acontece, conforme Saussure, com o desenvolvimento histórico das línguas. Todas estão em constante modificação. Mas cada um dos estados sucessivos de uma língua pode, e deve, ser descrito em seus próprios termos, sem referência àquilo a partir do que se desenvolveu, nem àquilo rumo a que, provavelmente, evoluirá.

Tudo isso pode parecer altamente teórico e abstrato. Contudo tem conseqüências bastante práticas. A primeira refere-se ao que chamo de

falácia etimológica. A etimologia é o estudo da origem e desenvolvimento das palavras. Iniciou, no tocante à gramática tradicional ocidental, com a especulação de certos filósofos gregos do quinto século antes de Cristo. O próprio termo 'etimologia' é em si mesmo revelador. Trata-se de uma transcrição latinizada de uma das formas do vocábulo grego *'etimos'*, que significa "verdadeiro" ou "real". De acordo com uma escola de filósofos do século quinto, na Grécia, todas as palavras associavam-se naturalmente, e não convencionalmente, com aquilo que significavam. É possível que isto não fosse evidente para o grego, diziam; mas poderia ser demonstrado pelo filósofo, capaz de discernir a realidade subjacente às aparências das coisas. Penetrar as muitas vezes enganosas aparências, analisando cuidadosamente as modificações ocorridas no desenvolvimento da forma ou do significado de uma palavra, descobrir a origem do vocábulo e com isto o seu real significado, era revelar uma das verdades da natureza. O que classifico de falácia etimológica é a crença de que a forma ou o significado original de uma palavra é, necessariamente e em virtude deste mesmo fato, sua forma ou significado correto. Esta pressuposição é amplamente divulgada. Quantas vezes não presenciamos uma discussão em que alguém defende que por tal ou tal palavra originar do grego, latim ou árabe, ou seja qual for a língua em questão, o significado correto daquele vocábulo deve ser o que existia na língua de origem! O argumento é falacioso porque a pressuposição tácita de que há uma correspondência originalmente verdadeira ou apropriada entre forma e significado, sobre o qual se sustenta não pode ser substanciada.

A etimologia recebeu um embasamento mais sólido no século XIX. Já não é mais justo dizer, como se afirma que Voltaire teria dito, que a etimologia é uma ciência em que as vogais não servem para nada, e as consoantes para muito pouco! Tal como é hoje praticada, ela constitui um ramo respeitável da lingüística histórica, ou diacrônica. Como veremos no capítulo 6, tem seus próprios princípios metodológicos, cuja confiabilidade depende da qualidade e quantidade dos dados a partir dos quais se formulam. Em condições favoráveis, a confiabilidade das reconstruções etimológicas é sem sombra de dúvida muito alta.

Um ponto que ficou evidente para os etimólogos do século XIX, que é hoje ponto pacífico para todos os lingüistas, é o de que a maioria das palavras no vocabulário de qualquer língua não permite que se trace sua origem. Os vocábulos deliberadamente criados, a partir de formas emprestadas ou pelo uso de algum outro princípio, são atípicos no vocabulário global, e com certeza também do que se pode qualificar de vocabulário básico, não-técnico, da língua. O que o etimólogo atual faz é relacionar palavras de um estado de língua sincronicamente descritível a palavras, atestadas ou reconstituídas, de algum estado anterior da mesma língua ou de alguma outra. Mas as palavras do estado anterior da mesma língua ou